



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011002-93.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Impugnação de Assistência Judiciária - Alienação Judicial**
 Impugnante: **João Carlos Bueno**
 Impugnado: **Maria Regina Vanzelli**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

JOÃO CARLOS BUENO, qualificado na inicial, impugnou a concessão da assistência judiciária gratuita requerida e concedida à MARIA REGINA VANZELLI, pleiteando a revogação do benefício, alegando que a beneficiada não pode ser considerada necessitada, haja vista que sua situação econômica lhe permite pagar as custas, na medida em que não comprovou ser diarista e que está construindo uma casa que já está em fase de acabamento, além de ter contratado advogado particular.

A impugnada respondeu alegando ter direito a tal benefício, inclusive porque se enquadra na definição jurídica de pobreza. Aduziu ainda que a casa vem sendo construída ao longo dos últimos sete anos e que, depois de perder o emprego de vigilante, passou a realizar "bicos" de diarista, e que o fato de ter contratado advogado não a impede de gozar dos benefícios.

É o relatório.

Decido.

Improcede o pedido de revogação do benefício.

Com efeito, o impugnante não fez qualquer prova no sentido de dar sustentação aos fatos nos quais firmou seu pleito. Assim, atento à distribuição do ônus probatório, de rigor afirmar-se que *probatio incubit qui dicet*, bem como que *iudex debe iudicare secundum allegata et probata partium*, ou seja, que a prova incumbe a quem afirma e que ao juiz cumpre julgar segundo o alegado e provado pelas partes (cf. Vicente Greco Filho¹).

Em favor da autora/impugnada, há o fato de ter firmado a declaração de pobreza, documento que, de acordo com o estabelecido pelo art. 2º da Lei 1.060/51, cria a presunção legal de “necessidade”, de modo que tem-se, de rigor, como impossibilitada de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Isto posto JULGO IMPROCEDENTE a presente impugnação e MANTENHO à impugnada MARIA REGINA VANZELLI os benefícios da assistência judiciária gratuita, ressalvando-se que se houver mudanças em sua condição econômica, de acordo com os termos legais, a presente decisão poderá ser revista. Sem custas e honorários advocatícios por ser medida incidental do processo principal.

P.R.I.

São Carlos, 25 de novembro de 2015.

Vilson Palaro Júnior
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

¹ VICENTE GRECO FILHO, *Direito Processual Civil Brasileiro*, 16ª ed., 2003, Saraiva, SP, n. 43.5.2, p. 188.